

MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; Melo, Rúrion (orgs.). **Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil**. São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2019, 352p.

Kelly Pedroza Santos¹

Ocupar e resistir, coletânea organizada por integrantes do Núcleo Direito e Democracia do CEBRAP e lançada em outubro de 2019, traz um conjunto de textos sobre os processos de ocupação de escolas públicas no Brasil ocorridos entre 2015 e 2016. Contando com autores de áreas como Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Direito e Educação, o livro possui diversos méritos. As ocupações estudantis no Brasil (e, no caso, referimo-nos às ocupações realizadas por estudantes secundaristas) têm mobilizado estudiosos das áreas de movimentos sociais, educação, juventude, entre outras; como é possível esperar de um objeto de pesquisa recente, uma série de trabalhos ainda estão sendo desenvolvidos e novos aspectos do problema vêm sendo aprofundados. O livro se soma aos esforços de tratamento analítico das ocupações, indo além das tarefas de registro e descrição desses processos de luta.

Entre os muitos méritos da publicação, talvez o mais evidente seja o de apresentar os movimentos de ocupação estudantil em diversos estados do país, com uma seção de estudos de caso sobre as ocupações de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiânia, Ceará, Minas Gerais e Espírito Santo. Reconhecer tanto as similaridades como também as especificidades de cada um desses processos é um elemento-chave para a compreensão de um dos movimentos mais interessantes da atualidade, que fez uso de táticas originais em termos organizacionais e de construção do protagonismo da juventude.

A leitura dos estudos de caso é acompanhada de um esforço de costura das diferentes questões que envolvem o tema das ocupações estudantis. A análise de Maria da Glória Gohn apresenta um panorama histórico das lutas e movimentos pela educação no Brasil desde a década de 1970. O texto de Salomão Barros Ximenes esmiúça os projetos de educação em disputa ao longo do tempo no país e elucida de forma cuidadosa as tensões presentes nas políticas contemporâneas para a educação.

Diante dessas caracterizações macrossociológicas, por um lado, e das experiências singulares de ocupação espalhadas pelo país, por outro, os organizadores se preocupam em

¹ Doutora em Sociologia pelo IESP/UERJ. Professora do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II. Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 24, 2º sem. 2019, p. 151-153.

esclarecer as diferenciações entre os marcos temporais e as distintas motivações presentes nas mobilizações de 2015 e 2016. Desde pautas específicas, como a recusa à reorganização (e consequente fechamento) das escolas estaduais de São Paulo e à implementação de OS's em Goiânia, até as pautas gerais, como o repúdio à Reforma do Ensino Médio, ao projeto Escola sem Partido e à então PEC do teto de gastos, tais mobilizações são categorizadas pelos organizadores em três ciclos ou fases (Medeiros; Januário; Melo, 2019: 21). Em comum, todos estes ciclos/fases correspondem a contextos de resistência – local ou nacional – a um projeto de educação de caráter neoliberal, fundamentado em um tecnicismo, no “empobrecimento e padronização dos currículos”, na perda de autonomia de “escolas, docentes, estudantes e comunidades escolares”, além do fortalecimento de setores conservadores e reacionários com a negação dos temas de gênero e diversidade sexual (Ximenes, 2019: 62/65). A materialização desse conjunto de políticas para a educação brasileira encontra-se na Reforma do Ensino Médio e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Neste contexto de profunda perda de autonomia e padronização das escolas, as ocupações estudantis de 2015/2016 refletiram o ímpeto de agência dos estudantes secundaristas que, a despeito das especificidades locais, organizaram-se internamente a partir do “princípio da horizontalidade” e atuaram nas relações com entidades estudantis, sindicatos, professores, gestores de escolas, partidos, responsáveis, polícia, oficiais de justiça e representantes do governo de acordo com o “princípio da autonomia” (Nobre, 2019: 24). O binômio horizontalidade/autonomia é um elemento central na análise da experiência das ocupações, na medida em que estabeleceu um protagonismo singular da juventude ocupante e exigiu uma readequação das interações e das modalidades de negociação dos diferentes grupos – de adultos – que se relacionavam com os movimentos, incluindo aí apoiadores e opositores. Soma-se a este aspecto ainda a utilização das redes sociais, com a criação das páginas de Facebook das ocupações, mantidas pelos estudantes, e seu papel central na divulgação dos movimentos e no combate às narrativas oficiais e da grande imprensa (Nobre, 2019: 23).

Aprofundando as questões sobre as perspectivas horizontal e autônoma das ocupações, Marcielly C. Moresco analisa o protagonismo feminino e LGBTQI+ nos movimentos de ocupação e o contraste entre a própria existência e circulação livre desses “corpos abjetos” no contexto de mobilização, notadamente se comparadas ao controle, punição e às tentativas de normatização dos corpos, rotineiras no cotidiano escolar.

Estes são alguns elementos de análise presentes em *Ocupar e resistir*. Há muitos outros, que passam pelo estudo da relação com o judiciário, pelo debate sobre desobediência civil, esfera pública e contra-hegemonia, até a percepção dos ocupantes acerca da experiência de ocupar e do caráter transformador deste movimento nas concepções de educação, nas relações com o espaço escolar, na constituição de laços comunitários e na construção das identidades. Diante de uma gama tão complexa de temas e de níveis de análise macro e microsociológicos, a publicação cumpre o papel de constituição de um panorama qualificado sobre as ocupações estudantis no Brasil, revelando-se uma leitura fundamental não só para os pesquisadores da área de movimentos sociais e juventudes, como para os professores da educação básica. Posicionados de forma distinta e inovadora na esfera pública, os ocupantes de 2015/2016 enfrentaram ao lado dos profissionais da educação imensos ataques à educação pública brasileira, que infelizmente vêm se aprofundando e consolidando na conjuntura atual. Estudar o movimento de ocupações se faz urgente; certamente as ocupações estudantis têm muito a ensinar a todos os defensores da educação pública no Brasil.